

5 de outubro

LIGHT

2016

Com demissões, Light desrespeita TRT e ACT

As demissões constantes a título de “reestruturação” da empresa já apresentam seus reflexos como a inquietude entre trabalhadores (as) e o temor da população com a explosão de caixas subterrâneas e a destruição da subestação de São João de Meriti, motivada pela falta de mantenedores para suprir as demandas.

As direções dos Sindicatos mais uma vez cumprem seu papel ao alertar a empresa que estes acidentes estão diretamente ligados a essa política equivocada de alta rotatividade de mão de obra.

Procurada pelos Sindicatos, a direção da empresa apresentou uma justificativa que beira o cinismo ao argumentar que se trata de “reestruturação” quando a verdade é que estamos diante de mais uma tentativa clara de intimidação aos trabalhadores e às entidades representativas da categoria, promovendo demissões de dirigentes sindicais em pleno exercício de suas atribuições desempenhadas em favor da categoria, contrariando o TRT.

É uma retaliação aos trabalhadores e aos dirigentes sindicais que impuseram uma derrota à política reacionária implantada em outras empresas como a Cemar, Ampla e Celpa.

O resultado final das negociações do ACT 2016/2017, que se consolidou a partir de quatro audiências ocorridas no TRT-RJ em que em uma das atas ficou garantido que não haveria nenhuma retaliação de trabalhadores nem tampouco nenhuma perseguição a nenhum dirigente dos Sindicatos representativos da categoria.

No entanto, o que se vê nesse momento é exatamente o descumprimento do nosso Acordo Coletivo celebrado no TRT em audiência realizada no dia 20 de julho, desrespeitando a categoria, os Sindicatos e o Tribunal.

Em 2011, um dos piores momentos para a imagem da empresa, as direções dos sindicatos já alertavam para o risco de acidentes para os trabalhadores e para a população e a queda da qualidade de serviço devido às demissões inexplicáveis e todos sabem o que aconteceu e como a empresa ficou desacreditada pelas manchetes de jornais. Infelizmente, nos últimos meses constatamos a repetição do mesmo quadro.

Diante da falta de diálogo por parte da empresa, a direção do Sintergia tem procurado apoio junto a alguns parlamentares, denunciando o que se configura como crime contra a organização sindical, além de procurar a Procuradoria do Trabalho para que se mostre a necessidade da realização de uma audiência pública onde a empresa vai ter que explicar que visão gerencial é essa, que só enxerga a sua frente a possibilidade de demissões, sem apontar para investimentos, manutenção e, principalmente, valorização de um quadro funcional especializado.

A procura por diálogo não é prova de fraqueza, mas sim de responsabilidade na representação de trabalhadores (as) que respondem afirmativamente aos desafios que lhes são apresentados.

A explosão das caixas subterrâneas não é apenas um evento pirotécnico, mas representa perigo a funcionários dedicados que ficam expostos cada vez que acessam uma galeria.

A realização de uma audiência pública pode ser a solução para que a empresa explique não só aos trabalhadores e aos sindicatos, mas à sociedade como um todo, que visão gerencial é essa que só vê como solução a demissão de chefes de família que há anos mantêm a empresa em funcionamento.

Veja em nosso site a ata da audiência na íntegra.

Visite nosso site: www.sintergia-rj.org.br